

Lobby prepara-se para o 2º turno

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Lobistas, parlamentares de centro, esquerda e direita, e os mais diferentes grupos de press-a-o prepararam desde já suas baterias para mais um confronto no segundo turno de votações, a última chance de mudar o texto da nova Constituição. Nessa fase, a Mesa da Constituinte terá mais poderes, entre eles a responsabilidade de definir regras que irão disciplinar o encaminhamento das votações, corrigindo omissões e lacunas do atual regimento. Neste aspecto, a grande dúvida é a possibilidade ou não de apresentação de Destaques para Votação em Separado (DVS).

A maioria dos líderes partidários acredita que será mesmo difícil conseguir alterações substanciais no texto aprovado em primeiro turno. Por isso, tanto as esquerdas como o Centrão resolveram fazer uma triagem criteriosa, elegendo um elenco de pontos que consideram prioritários e que precisam ser modificados. "Vai ser muito difícil mudar qualquer coisa no segundo turno. Para que possamos alcançar uma mobilização eficiente, vamos centrar fogo em apenas 5 a 10 pontos que consideramos mais importantes", explica o deputado Ricardo Fiuza (PFL/PE), do Centrão.

Os partidos de esquerda, seguindo o mesmo raciocínio, fizeram uma avaliação prévia de tudo o que foi realizado no primeiro turno, com especial atenção aos pontos que a direita pretende suprimir. "Destas avaliações preliminares, constatamos como primeiro dado que a esquerda tem muito menos coisa a suprimir do que a direita, o que prova que esta Constituição será democrática", diz o líder do PCB, Deputado Roberto Freire. "Nosso interesse maior no segundo turno é justamente manter as conquistas, principalmente em relação aos Direitos Sociais. Já o Centrão tem preocupação contrária, de suprimir estes avanços", completa a deputada Rita Camata (PMDB/ES).

Confirmando a intenção de derrubar do texto dispositivos que ferem principalmente os interesses da iniciativa privada, o líder centrista José Lins (PFL/CE) diz que o Centrão vai fazer um pente fino muito bem coordenado, para conseguir o máximo de rendimento. E avisa que os acordos fechados durante o primeiro turno não valem para esta fase.

— Não existe nenhum compromisso nosso para o segundo turno — garante José Lins. — Temos completa liberdade para agir nessa nova fase.

Os líderes dos partidos de esquerda, como o deputado Roberto Freire, não aceitam esse raciocínio. Ele esclarece que embora os líderes do Centrão tenham mudado de idéia, com exceção das matérias disputadas no voto, os demais acordos foram feitos para prevalecer também no 2º turno. "A Constituição tem sido até agora fruto de um grande processo de negociação. Por isso, a atitude do Centrão me parece extrema-



Roberto Freire

mente grave e perigosa. Como nesta nova fase praticamente não existirá margem de negociação, vai ser na base do tira ou põe, a intransigência pode provocar sérios traumatismos no texto constitucional", alerta Plínio de Arruda Sampaio (PT/SP).

Para garantir uma mobilização maior nesta última fase da Constituição, os partidos de esquerda, principalmente os menores, vão usar as quatro emendas que seus parlamentares teriam direito de apresentar pelo regimento, e organizar um bloco contendo os principais pontos que desejam alterar no 2º turno. "O partido é que irá definir as quatro emendas que cada constituinte de sua bancada irá apresentar", confirma o deputado José Genoíno, do PT.

Já o líder do PSB na Câmara, deputado Ademir Andrade, diz que além da triagem interna, seu partido vai se reunir com os demais partidos de esquerda para traçar estratégias de votação no segundo turno. "Só eu tenho mais de 20 propostas de supressão. Vamos estudar a melhor forma de selecionar os pontos mais importantes".

Concluída a primeira fase de votações, prevista para o fim desta semana, haverá um intervalo de aproximadamente 20 dias até o início dos trabalhos de votação em segundo turno no plenário. Dentro deste prazo, o relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) terá de apresentar aos constituintes, em sete dias, a redação final do texto aprovado no primeiro turno (corpo permanente e disposições transitórias). Publicado o texto em avulsos, os constituintes ter-ão cinco dias para discuss-ão e apresentação de novas emendas, que podem ser apenas supressivas ou que visem sanar erros, omissões, contradições e de correção de linguagem.

Decorridos estes cinco dias e mais 24 horas para publicação, o relator dispõe de mais cinco dias para dar o parecer sobre as emendas encaminhadas, num total de aproximadamente 2.332 novas propostas. Antes de ser remetido ao relator, este pacote de emendas passará primeiramente pelo crivo do presidente Ulysses Guimarães, que tem poderes absolutos para julgar o mérito das propostas — se enquadrar ou não nas exigências regimentais. Se entender que alguma emenda não seja supressiva ou que não vise corrigir erros, omissões e contradições, o presidente Ulysses Guimarães poderá indeferir-la de pronto.

— O presidente só me encaminhará as emendas que



Ricardo Fiuza

atenderem às exigências regimentais — explica o relator Bernardo Cabral.

Mesmo antes de terminar a votação do primeiro turno, como o Centrão, muitos parlamentares sabem desde já o que pretendem suprimir no segundo turno. Dentro do pensamento de cortar tudo que é "estatizante e xenófobo", o Centrão fez a sua lista de prioridades baseada em um levantamento prévio encaminhado pela Encaminhação Nacional da Indústria (CNI), sintetizando as pretensões do empresário brasileiro.

Da lista do Centrão, estão na mira a supressão da licença de oito dias para o pai do recém-nascido, o turno de seis horas para empresas com jornada de trabalho ininterrupta, a proibição de contratos de risco para exploração de petróleo ou gás natural, a imprescritibilidade das ações trabalhistas no meio rural, o voto facultativo aos 16 anos, o direito de greve inclusivo para o servidor público, o tabelamento em 12% para as taxas de juros anuais, a assistência gratuita aos filhos e dependentes de todos os trabalhadores até os seis anos de idade em creches e pré-escolas, a prioridade às cooperativas na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpeáveis, onde estejam atuando. E, por último, a supressão da expressão "de capital nacional", referente a empresas brasileiras que terão prioridade para aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, pesquisa e lavra de recursos minerais.

Apesar de não ser o levantamento final, os partidos de esquerda já têm uma relação de pontos que, consideram, precisam ser alterados no segundo turno. A mudança fundamental, segundo o deputado José Genoíno (PT/SP), é a supressão do dispositivo aprovado no primeiro turno que protege as propriedades produtivas na desapropriação para efeito de reforma agrária.

As esquerdas querem suprimir ainda o dispositivo que proíbe a incidência de qualquer imposto sobre as cooperativas, o privilégio das cooperativas na exploração de minérios, a invasão de domicílio em flagrante delito, a proibição de concessão de bolsas de estudo para o ensino de 3º grau, a supressão do dispositivo que iguala o direito de propriedade ao direito à vida, que iguala o crime de tráfico de drogas e terrorismo ao crime de tortura, e a supressão da obrigatoriedade do ensino religioso no ensino fundamental.

Destaques não deverá ser aceito

A mudança do regimento interno da Constituinte, nesta altura dos trabalhos, parece quase impossível, como crêem alguns líderes do Centrão. Mas principalmente para reafirmar a impossibilidade de apresentação de Destaques para Votação em Separado (DVS) no segundo turno, o deputado Vicente Bogo (PMDB/RS) encaminhou um projeto de resolução à Mesa sugerindo regras para o encaminhamento das votações nesta nova fase. O presidente Ulysses Guimarães já se pronunciou favorável à não permissão do DVS no segundo turno, mas a decisão oficial da Mesa é aguardada com certa ansiedade pelos constituintes.

Se a decisão for pela aceitação do DVS, o grande beneficiado será o Centrão, que já apresentou uma extensa lista com os pontos que pretende suprimir no segundo turno e, no caso, não precisaria colocar em plenário os 280 constituintes para aprovar as supres-

sões. A esquerda é que teria de colocar esse número de parlamentares, se quisesse manter o dispositivo em questão.

Como a mobilização do Centrão só se mostrava eficiente em votações muito especiais, a esquerda conseguiu aprovar muita coisa no primeiro turno graças aos destaques para votação em separado. Neste segundo turno, com uma mobilização ainda menor, o Centrão espera suprimir matérias importantes através do DVS. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP) quer derrubar, por exemplo, a definição de empresa nacional. Se conseguir aprovar o pedido de DVS com maioria simples do plenário, não terá de alcançar 280 votos para suprimir o texto aprovado no primeiro turno. As esquerdas desta vez é que precisariam dos 280 votos para manter a definição aprovada anteriormente.

— O DVS não tem sentido no segundo turno. Foi

previsto no regimento para corrigir imperfeições no 1º Turno. Se for permitido nesta fase, será o caos — alerta o relator Bernardo Cabral.

Como o regimento em vigor não faz nenhuma referência à possibilidade ou não de apresentação de DVS nesta fase, o projeto de resolução do deputado Vicente Bogo poderia facilitar a decisão do presidente Ulysses Guimarães, já que uma das propostas é a proibição dos destaques. "Minha intenção é justamente preencher esta lacuna do regimento atual", explica Bogo.

Mas sobre a possibilidade deste projeto de Resolução vir a ser aprovado pelo plenário, efetivando as alterações regimentais propostas, um dos líderes do Centrão comenta: "olhe que sou crente, mas na mudança do regimento eu não acredito não", diz o deputado José Lins (PFL/CE).